



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

101 B
095

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0188833-7
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Eliaquim Francisco de Moura
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR MILITAR. REFORMA POR INVALIDEZ DEFINITIVA. PLEITO DE RETIFICAÇÃO DE ATO DE REFORMA PARA ADEQUÁ-LO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 83, § 1º, DA LEI Nº 10.426/90 E 98, § 2º, "C", DA LEI Nº 6.783/74. PROVENTOS DO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. INCABIMENTO. NORMAS TACITAMENTE REVOGADAS COM O ADVENTO DA ECE Nº 16/99. INCIDÊNCIA DO ART. 21, § 2º, DA LC Nº 59/2004. INTENÇÃO NÍTIDA DO LEGISLADOR DE UNIFICAR O TRATAMENTO PARA OS INATIVOS. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. **1.** Sustenta o apelado, policial militar reformado por invalidez definitiva, no ano de 2002, ter direito à percepção dos proventos do grau hierárquico superior, qual seja o de "Terceiro-Sargento PM". **2.** Com efeito, após o advento da ECE nº 16/99, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo dos artigos 83, § 1º, da Lei nº 10.426/90 e 98, § 2º, "c", da Lei nº 6.783/74. **3.** Com relação ao argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, nota-se que a emenda em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 98. **4.** Por outro lado, considerando que a relação do recorrido com o Estado é de trato sucessivo, e como tal suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, é de rigor a aplicação do disposto no art. 21, § 2º, da LC nº 59/2004, que assegura aos militares transferidos para a inatividade no mesmo posto ou graduação da ativa a percepção dos proventos do posto ou grau hierárquico imediatamente superior. **5.** Registre-se, por reforço de argumentação, que a intenção nítida do legislador foi a de beneficiar todos os militares, unificando o tratamento para os inativos. **6.** Nessa ordem de idéias, o autor/apelado (então "Soldado PM"), reformado através da Portaria DPE nº 1569/2002, tem direito à percepção dos proventos com base no soldo do posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava na ativa (qual seja a de "Cabo PM"), em conformidade com o artigo 21, § 2º, da LC nº 59/2004 e atendendo-se ao escalonamento constante do Anexo I-A, da referida Lei Complementar Estadual, cujos reflexos financeiros operam-se a partir da sua publicação em 06.07.04. **7.** Reexame necessário parcialmente provido, prejudicado o apelo voluntário.

P.
546

101 B

AC 0188833-7

096 102 f

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível/Reexame Necessário nº 0188833-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário, nos termos dos votos do Relator e do Revisor, que integram o acórdão.

Recife, 03 de dezembro de 2009 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

92
91
097/

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0188833-7
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Eliaquim Francisco de Moura
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta em face de sentença que **julgou procedente** a ação ordinária de obrigação de fazer proposta por Eliaquim Francisco de Moura contra o Estado de Pernambuco, objetivando a retificação do seu ato de aposentadoria, a fim de que os seus proventos sejam fixados com base no grau hierárquico imediatamente superior ao posto de "Soldado PM".

Aduziu o autor, ora apelado, em apertada suma, ter sido reformado por invalidez definitiva, consoante atestou o laudo da Junta Médica da Polícia Militar de Pernambuco às fls. 16.

Ainda, que o seu ato de reforma (fls. 20) não determinou a fixação dos seus proventos em valor correspondente ao grau hierárquico imediatamente superior (3º sargento), violando a previsão do inciso II, § 1º, do art. 83, da Lei nº 10.426/90 c/c o art. 98, § 2º, "c", da Lei nº 6783/74.

Em sede de contestação, o Estado de Pernambuco alegou que a incapacidade definitiva do autor não possui nexo causalidade com as atividades exercidas na corporação (fls. 33/38).

O Ministério Público de 1º grau opinou pela procedência do pedido (fls. 56/61).

A sentença *a quo* julgou procedente a ação, com fundamento no inciso II, § 1º, do art. 83, da Lei nº 10.426/90 (fls. 56/61).

O Estado de Pernambuco interpôs apelação (fls. 63/71), pugnando pela reforma da sentença, sob o argumento de que o § 1º do art. 83, da Lei Estadual nº 10.426/90 teria sido revogado pela edição da Emenda Constitucional Estadual nº 16/99. Ao final, pugnou pela redução dos honorários advocatícios para o percentual de 5% sobre o valor da condenação, na hipótese de improvimento do recurso.

A douta procuradoria com atuação neste Tribunal opinou pelo improvimento do reexame necessário, prejudicado o apelo voluntário (fls. 86/89).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

098

É o relatório no essencial.

À douta revisão para oportuna inclusão em pauta.

Recife, 06 de outubro de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

103 P

099

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0188833-7
APELANTE: Estado de Pernambuco
APELADO: Eliaquim Francisco de Moura
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Na hipótese dos autos, insurgiu-se o apelante contra a sentença que determinou a retificação do ato de aposentadoria do servidor militar, ora apelado, aplicando ao caso concreto o disposto no § 1º, do art. 83, da Lei Estadual nº 10.426/90.

Alegou o Estado de Pernambuco que o referido dispositivo teria sido revogado, após a edição da ECE nº 16/99.

Pois bem.

A Emenda Constitucional Estadual em questão estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor (civil ou militar), no cargo efetivo em que se deu o ato de aposentação.

Assim, com o advento da emenda, restaram tacitamente revogados os dispositivos legais que autorizavam os servidores públicos militares a perceberem, na inatividade, valores remuneratórios em patamares maiores do que os auferidos quando estavam em atividade, a exemplo do que dispunha o art. 83, § 1º e incisos, da Lei nº 10.426/90, *in verbis*:

Art. 83

§ 1º O servidor militar terá os seus proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico, que na forma da lei, for considerado imediato ao que possuía na ativa, além das vantagens a que fizer jus, quando:

I- incapacitado pelos motivos constantes do inciso I do "caput", deste artigo;

II- verificada a incapacidade definitiva, pelos motivos a que se refere o inciso IV do "caput" deste artigo, for o servidor militar, com qualquer tempo de serviço considerado inválido.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

104 P
100

Posteriormente, com a edição da Emenda Constitucional Estadual nº 24/2005, restou revogada, no que tange aos servidores militares, a vedação expressa então constante do art. 171, §§ 2º e 3º, da CE.

Impende, no ponto, registrar a inviabilidade da repriminção daquele dispositivo da Lei Estadual nº 10.426/90, em decorrência das alterações advindas com a ECE nº 24/05, motivo pelo qual é inaplicável aquela disciplina legal, tal como pretendido pelo autor.

Na sequência, anoto que a Lei Complementar nº 59 de 05 de julho de 2004 dispõe, *in litteris*:

*Art. 21. Fica **assegurada** aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a **percepção da remuneração** correspondente ao **posto ou graduação imediatamente superior** ao que ocupava em atividade, a título de promoção.*

*§ 2º - **Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.***

Da leitura, observo que a remuneração correspondente à graduação imediatamente superior é concedida aos militares, por ocasião da sua aposentadoria, **a título de promoção**, sendo também devida aos militares já reformados até a data da publicação da Lei Complementar, em homenagem ao princípio constitucional da isonomia.

Nessa ordem de idéias, verifico que o autor/apelado, reformado através da Portaria DPE nº 1569/2002 (fls. 20), tem direito à percepção de remuneração com base no soldo do posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava na ativa como "Soldado PM", **em conformidade com o artigo 21, § 2º, da LC nº 59/2004.**

Há, todavia, que se ressaltar que os reflexos financeiros operar-se-ão a partir da publicação da referida lei.

Ante o exposto, **dou provimento parcial ao reexame necessário**, prejudicado o apelo voluntário, em ordem a julgar parcialmente procedente o pedido, a fim de que o autor perceba a remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto da ativa, em conformidade com o art. 21, §



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL


105 P

101

2º, da LC nº 59/2004, operando-se os reflexos financeiros a partir da publicação do referido diploma legal, ou seja, a partir de 06.07.04.

É como voto.

Recife, 3 de ~~Agosto~~ de 2009.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Reexame Necessário e Apelação Cível nº 0188833-7

Remetente: Juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Estado de Pernambuco

Apelado: Eliaquim Francisco de Moura

VOTO DE REVISÃO

Os dispositivos legais, que autorizavam o cálculo dos proventos dos servidores militares em patamares superiores à remuneração percebida pelos mesmos quando na atividade restaram tacitamente revogados com o advento da ECE nº 16, de 04 de junho de 1999.

A sobredita emenda, ao alterar os artigos 100, §13º e 171, §§ 2º e 3º da Constituição do Estado de Pernambuco, estendeu aos servidores militares as vedações aplicadas aos servidores públicos civis, determinando que os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderiam exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou serviu de referência para a concessão de pensão (art. 171, §2º, da CE/89).

É cediço que a emenda estadual em questão buscou harmonizar a Constituição Estadual com as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 20/98 na Carta da República, a qual, disciplinando o regime previdenciário dos servidores civis e militares, estabeleceu, dentre outras regras, a de que os servidores públicos não poderiam aposentar-se com proventos superiores aos percebidos na ativa (redação dada ao art. 40, §2º, da CF/88).

Ocorre que, tendo em vista a previsão contida no art. 42, §1º, da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98, segundo a qual foram expressamente excluídos os militares da supramencionada regra estabelecida no art. 40, §2º, passou-se a sustentar que o §13 do art. 100, da Constituição Estadual, alterado pela ECE nº 16/99, seria formalmente inconstitucional por ter determinado a aplicação aos servidores militares estaduais da vedação prevista no art. 171, §§ 2º e



107-β
103

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

3º, sob o argumento da ocorrência de usurpação de competência do Chefe do Poder Executivo.

Em outras palavras, a tese da inconstitucionalidade formal do art. 100, §13, da CE/89 se fundamenta na idéia de que, se a Constituição da República previu expressamente que o regime de transferência dos servidores militares à inatividade deveria ser regulado por Lei Específica Estadual, não poderia uma Emenda Constitucional Estadual ter disciplinado a matéria, sob pena de violação à reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

Não me filio ao aludido entendimento, uma vez que a indigitada ECE nº 16/99 foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco (Chefe do Poder Executivo Estadual), não se podendo cogitar de vício de iniciativa.

Outrossim, o fato da matéria ter sido apreciada pelo *quorum* qualificado de 3/5 da Assembléia Legislativa (superior ao exigido para aprovação das leis infraconstitucionais) denota a inexistência de prejuízo à segurança jurídica, até porque a ECE nº 16/99 preservou o direito adquirido dos militares que preencheram as condições de transferência para inatividade antes do seu advento.

Corroborando este entendimento, colaciono ementa de recente julgado do STF onde, em situação análoga, restou declarada a inconstitucionalidade de artigo inserido na Constituição do Estado de Rondônia por meio de Emenda Constitucional em virtude da mesma ter sido iniciada pela Assembléia Legislativa, senão vejamos:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA CONSTITUCIONAL QUE DISPÕE SOBRE REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DE RONDÔNIA. PROJETO ORIGINADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. VÍCIO RECONHECIDO. VIOLAÇÃO À RESERVA DE INICIATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. I - À luz do princípio da simetria, a jurisprudência desta Suprema Corte é pacífica ao afirmar que, no tocante ao regime jurídico dos servidores militares estaduais, a iniciativa de lei é reservada ao Chefe do Poder Executivo local por força do artigo 61, § 1º, II, f, da Constituição. II - O vício formal não é superado pelo fato de a iniciativa legislativa ostentar hierarquia constitucional. III - Ação direta julgada procedente para declarar a

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 -- Fone: (081) 3419-3726.



108 B
104

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

inconstitucionalidade do artigo 148-A da Constituição do Estado de Rondônia e do artigo 45 das Disposições Constitucionais Transitórias da Carta local, ambos acrescidos por meio da Emenda Constitucional 56, de 30 de maio de 2007 (ADI 3930 / RO, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, DJ 16/09/2009).

Superada a questão acerca da inconstitucionalidade da ECE nº 16/99, cabe esclarecer, ainda com relação ao pedido de retificação do ato de reforma do autor, que a ECE nº 24/05 deu nova redação ao §13 da art. 100 da CE/89, desta vez excluindo o regime dos servidores militares da vedação constante do art. 171, §§ 2º e 3º, contudo, tendo em vista que o ordenamento jurídico pátrio elide a possibilidade de repristinação implícita, o que significa dizer que a revogação de uma norma não opera a automática restauração de norma anteriormente revogada, não se pode considerar que as disposições contidas nas leis nº 6.783/74 e 10.426/90 voltaram a produzir efeitos a partir do advento da ECE nº 24/05.

Por outro lado, observando que a relação jurídica de fundo, por ser trato sucessivo, afigura-se suscetível de receber a influência dos atos normativos supervenientes, entendo oportuno considerar os termos da Lei Complementar Estadual nº 59, de 05 de julho de 2004, que em seu art. 21 e respectivo parágrafo 2º estabelece os seguintes comandos:

Art. 21 Fica assegurada aos militares da ativa, quando de sua passagem à reserva remunerada ou reforma, a percepção da remuneração correspondente ao posto ou graduação imediatamente superior ao que ocupava em atividade, a título de promoção.

§ 2º Aos militares que, até a data da presente Lei, tenham sido reformados ou transferidos para a reserva remunerada no mesmo posto ou graduação que ocupavam em atividade, aplica-se o disposto neste artigo, com reflexos financeiros contados a partir da publicação desta Lei.

Depreende dos autos que o apelado, ocupante do grau hierárquico de Soldado/PM, foi transferido para a inatividade no mesmo posto ocupado quando na ativa, como demonstra o documento de fl. 19,



109 B
105

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

razão pela qual faz jus ao benefício previsto no sobredito art. 21, *caput*, da LC nº 59/04.

Com efeito, de acordo com o escalonamento previsto no anexo I-A da referida Lei Complementar Estadual, a graduação imediatamente superior ao posto de Soldado/PM é a de Cabo/PM, pelo que também se reputa perfeita a sentença recorrida no ponto em que, com supedâneo no art. 21, § 2º, e anexo I-A, da LC nº 59/04, assegura ao autor o direito de perceber a remuneração do grau hierárquico imediatamente superior ao posto que ocupava na ativa, com os reflexos financeiros contados a partir da publicação da citada Lei Complementar, ou seja, a partir de 06.07.2004.

Neste sentido, a jurisprudência desta Corte de Justiça, senão vejamos:

SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PROVENTOS DE GRAU HIERÁRQUICO IMEDIATAMENTE SUPERIOR. APELO PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE. 1-O demandante não possui direito à percepção dos proventos de Terceiro Sargento PM, haja vista não ter sido reformado por invalidez, e nem tampouco haver comprovado tal condição à época de sua passagem para a inatividade. Por outro lado, a Lei Complementar Estadual nº 59/04 garante a percepção dos proventos de Cabo PM, graduação que passou a ser considerada a imediatamente superior à de Soldado PM. 2-Apelo parcialmente provido à unanimidade (AC 168380-5, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7ª Câmara Cível, DJ 9/9/2008).

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. REFORMA DE POLICIAL MILITAR. LEI ESTADUAL Nº 10.426/1990. SERVIDOR CONSIDERADO INCAPAZ PARA A VIDA MILITAR E CAPAZ PARA A VIDA CIVIL. AGRAVAMENTO POSTERIOR DA DOENÇA INCAPACITANTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A RETIFICAÇÃO MOVIDA POR TAL CONDIÇÃO. AUSÊNCIA DE DIREITO QUANDO DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. OCORRÊNCIA DE FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO POSTULADO. LCE Nº 59/2004 E ASSIM ASSEGURADO A CONTAR DE SUA VIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONDENAÇÃO EM VERBA HONORÁRIA NÃO ASSEGURADA NA SENTENÇA E NÃO POSTULADA EM RECURSO DA PARTE. SENTENÇA REFORMADA. REEXAME NECESSÁRIO PARCIALMENTE PROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A prova dos autos, conduz a rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva ad causam, suscitada pelo apelante. 2 - O pedido de retificação do ato de reforma, por agravamento da doença que vitima o apelado, não encontra amparo na lei estadual vigente; 3 - A reforma do apelado, se firma nos rigores da Lei Estadual nº 10.426/1990, diante da conclusão do laudo pericial que o descreve como incapacitado para a vida militar e capaz para a vida civil;

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



110 B
106

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

4 - Por força do art. 462, do CPC - presença de fato superveniente constitutivo do direito pretendido, cabe o acolhimento do postulado - satisfação dos proventos no valor da remuneração do posto (Cabo-PM) imediatamente superior ao ocupado em atividade (Soldado-PM), ante ser ele assegurado aos policiais reformados pela LCE nº 59/2004 e a partir da sua vigência (06.07.2004). 5 - Impossibilidade de acolhimento de pedido de condenação em verba honorária, formulado na contrariedade recursal. 6 - Sentença confirmada para ser assegurado o direito disciplinado pela LCE nº 59/2004 e reformada em seus demais termos. 7 - Reexame necessário provido em parte e apelo prejudicado. 8 - Decisão unânime (AC 152020-7, Rel. Des. Fernando Cerqueira, 7ª Câmara Cível, DJ 14/8/2007).

Por estas razões, dou provimento parcial ao reexame necessário, prejudicado o voluntário, julgando procedente o pedido para que o autor perceba a remuneração no grau hierárquico imediatamente superior, em conformidade com a Lei Complementar 59/2004, cujo reflexos financeiros opera-se a partir 06.07.2004.

Este é o voto.

Recife, 02 de

12

de 2007.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

111 B
107

DESEMBARGADOR RICARDO PAES BARRETO (PRESIDENTE)

Com a turma.

DECISÃO

*"À UNANIMIDADE DE VOTOS, PROVEU-SE PARCIALMENTE O REEXAME
NECESSÁRIO, PREJUDICADO O APELO".*
